

**ENTRE A TECNICIDADE E A EXISTÊNCIA: o esvaziamento
do sujeito migrante e as disputas pela cidadania
comunicativa no espaço institucional¹**
**BETWEEN TECHNICITY AND EXISTENCE: the emptying of
the migrant subject and the struggles for communicative
citizenship in institutional spaces**

Rafael Foletto²

Resumo: Este artigo investiga as tensões entre as mediações tecnológicas e o exercício da cidadania comunicativa por migrantes e refugiados. Problematisa-se o fenômeno do "esvaziamento do sujeito", processo no qual as tecnicidades automatizadas e a comunicação organizacional tendem a reduzir o migrante a um dado estatístico ou força de trabalho desprovida de identidade. Fundamentado na transmitodologia de Maldonado e no conceito de mediações de Martín-Barbero, o trabalho analisa como as organizações de saúde e educação podem atuar como campos de disputa simbólica. A partir do relato de experiência no âmbito de um projeto de pesquisa, propõe-se que a superação da invisibilidade exige uma "pedagogia da escuta" e práticas de coparticipação. Conclui-se que o protagonismo do sujeito migrante no espaço público tecno-midiático depende de estratégias comunicacionais que reconheçam o outro como coautor de sua própria narrativa e protagonista de direitos.

Palavras-Chave: Cidadania Comunicativa. Migrações. Transmitodologia.

Abstract: This article examines tensions between technological mediations and the exercise of communicative citizenship by migrants and refugees within institutional settings. It problematizes the phenomenon of the "emptying of the subject", a process through which automated technicities and organizational communication reduce migrants to statistical entries or labor units stripped of identity, voice, and narrative agency. Drawing on Maldonado's transmitodology and Martín-Barbero's concept of mediations, the study analyzes how health and education organizations function as fields of symbolic contestation where meanings of belonging, risk, and rights are negotiated. Based on an experiential report from a research project on public health communication directed at migrant populations, the article argues that overcoming invisibility requires a pedagogy of listening and participatory co-creation practices that restore agency. It concludes that the rehumanization of the migrant subject in techno-media public spaces depends on communicative strategies that recognize migrants as co-authors of their own narratives and protagonists of rights, and offers practical recommendations for inclusive institutional communication.

Keywords: Communicative Citizenship. Migration. Transmitodology.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM – campus Frederico Westphalen. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa da UNIPAMPA. Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da UFRN. Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS. rafael.foletto@ufsm.br

1. Introdução

Imagine um migrante venezuelano em uma fila de UBS, não é apenas um corpo aguardando atendimento, mas um sujeito com história, língua e demandas silenciadas por protocolos padronizados e monolíngues. Esse "esvaziamento ontológico", ou seja, a redução a dados ou mão de obra desprovida de voz, marca o cenário migratório brasileiro contemporâneo, marcado por transformações significativas, incluindo o aumento dos fluxos migratórios e do refúgio, que impõem novos desafios às políticas públicas e às práticas comunicacionais. De acordo com o Boletim da Migração no Brasil (edição de fevereiro de 2025), o país contabiliza mais de 1,86 milhão de migrantes e refugiados, sendo 1.724.561 migrantes, 69.275 refugiados reconhecidos e 67.592 solicitantes de refúgio. Entre os principais fundamentos para o registro migratório em 2024 e início de 2025 estão a acolhida humanitária, com destaque para os venezuelanos (mais de 94 mil registros em 2024), acordos com países da América do Sul, reunião familiar e motivos de estudo e trabalho. Esses números evidenciam a crescente complexidade da mobilidade humana no país e a necessidade de respostas institucionais que considerem a diversidade cultural, linguística e social desses grupos.

Para além desses números, torna-se relevante atentar para a questão da política de interiorização, que tem levado contingentes migratórios a municípios de pequeno porte, impactando diretamente a capacidade de resposta das administrações locais. Em municípios entre 10.000 e 30.000 habitantes, a chegada de cerca de 5.000 migrantes e representa um acréscimo de 20 a 30% na demanda por serviços de saúde e de 15 a 25% nas matrículas escolares, segundo dados da Operação Acolhida/MDS e relatórios ACNUR/ONU³. Esses números traduzem-se em filas mais longas na atenção primária, necessidade imediata de intérpretes e mediadores culturais, e em lacunas para o atendimento de saúde mental e acompanhamento de doenças crônicas. Além do impacto operacional, observa-se uma reconfiguração do mercado de trabalho local e a emergência de disputas simbólicas sobre pertencimento e acesso a direitos, que se manifestam tanto em práticas institucionais quanto em discursos públicos. Para além das estatísticas, a interiorização expõe a fragilidade de redes de proteção social em contextos de baixa densidade populacional e evidencia a urgência de

³ ACNUR. Estratégia de interiorização acolheu 76 mil migrantes da Venezuela. Nações Unidas no Brasil, 12 jun. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/185986-estrat%C3%A9gia-de-interioriza%C3%A7%C3%A3o-acolheu-76-mil-migrantes-da-venezuela>. Acesso em: 22 fev. 2026.

estratégias comunicacionais adaptadas culturalmente sensíveis e participativas, que articulem a oferta de serviços com processos de escuta e coprodução de soluções junto às comunidades migrantes e às populações locais. Nesse contexto, a comunicação não pode ser vista apenas como uma ferramenta de transmissão de mensagens ou marketing, mas como um campo de disputa simbólica e política essencial para a garantia da cidadania.

Em paralelo, a profissionalização da comunicação organizacional e a adoção crescente de ferramentas digitais e de Inteligência Artificial (IA) para produção de campanhas e materiais informativos têm acelerado processos de padronização de mensagens, muitas vezes sem considerar as especificidades culturais dos públicos. Esses fatores convergem para um problema central: como as mediações tecnológicas e organizacionais contribuem para a redução do migrante a um objeto administrativo, e que estratégias comunicacionais podem reverter esse processo? Pois ainda há pouca compreensão sobre como esses conteúdos são gerados, quais vieses algorítmicos podem emergir e como diferentes audiências recebem e interpretam tais mensagens.

Assim, a comunicação para os grupos em vulnerabilidade social não pode ser planejada de forma genérica, ela exige estratégias inclusivas e eficazes que reconheçam as barreiras linguísticas, digitais e cognitivas. O desafio reside em tratar a comunicação organizacional como uma ferramenta de pertencimento e efetivação de direitos humanos, superando a visão restrita de comunicação institucional que, muitas vezes, tendem a padronizar o migrante que, nesse processo, é despojado de sua complexidade identitária, de seus desejos e de sua história, sendo reduzido a um ente que precisa apenas ser para exercer um trabalho esvaziado de sentido. Ou seja, as instituições, ao automatizarem a comunicação, correm o risco de promover o esvaziamento ontológico do migrante, tratando-o como um corpo a ser assistido ou uma ferramenta de trabalho, retirando-lhe a fala.

Para tanto, o texto mobiliza duas linhas teóricas complementares. Em primeiro lugar, dialoga-se com a transmetodologia de Maldonado (2024) como lente para problematizar a relação entre métodos, saberes e práticas, pois entende-se que essa perspectiva permite articular abordagens que ultrapassam dicotomias entre técnica e experiência, entre planejamento e escuta, favorecendo uma análise que considera simultaneamente dispositivos, atores e contextos. Em segundo lugar, recupera-se o conceito de mediações de Martín-Barbero (2008) para compreender como os processos comunicacionais se dão por meio de múltiplos agentes e tecnologias que reconfiguram sentidos e identidades no espaço público. A combinação desses

referenciais possibilita ler as organizações de saúde e educação como campos de disputa simbólica, nos quais se definem narrativas sobre pertencimento, risco e direito. Além disso, aproxima-se de estudos recentes sobre comunicação organizacional e campanhas de saúde que enfatizam a necessidade de práticas inclusivas e de avaliação de impacto para populações vulneráveis.

Desse modo, busca-se analisar as tensões entre tecnicidade (procedimentos, automações, algoritmos) e existência (experiências, vozes, demandas) no tratamento comunicacional de migrantes e refugiados em espaços institucionais de saúde, e que modo rotinas comunicacionais e ferramentas digitais contribuem para o esvaziamento ontológico do sujeito migrante, quais vieses e limitações emergem na produção de campanhas padronizadas dirigidas a públicos migrantes e que práticas de coparticipação e pedagogia da escuta podem reconfigurar a relação entre instituições e migrantes, promovendo a cidadania comunicativa; essas questões orientam tanto a análise teórica quanto o relato de experiência empírica que compõe o corpo do artigo, articulando investigação documental e processos participativos com migrantes para identificar lacunas, mapear recepções e propor estratégias comunicacionais que recuperem a agência e a voz dos sujeitos envolvidos.

Este artigo baseia-se em um projeto de pesquisa intitulado “Comunicação organizacional e campanhas de saúde pública: perspectivas para o diálogo e a inclusão”, com apoio do Observatório de Direitos Humanos (ODH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que investiga estratégias comunicativas em saúde pública dirigidas a migrantes e refugiados no Brasil. O problema central é identificar barreiras digitais, linguísticas e cognitivas que impedem o acesso e o uso do SUS por esses grupos. A pergunta orientadora é: como metodologias transformadoras, pautadas no diálogo, na escuta ativa e na coparticipação, podem fortalecer a cidadania comunicativa e reverter o esvaziamento do sujeito migrante? Para responder, articulamos revisão bibliográfica, análise documental de materiais institucionais e um relato de intervenção participativa que resultou em materiais cocriados e em protocolos de avaliação. Essas problematizações subsidiaram o desenvolvimento de uma experiência de intervenção no âmbito do projeto, estruturada a partir de processos de cocriação, adaptações linguísticas e avaliação participativa — iniciativa que emergiu da própria equipe ao reconhecer a necessidade de ir além do diagnóstico e propor uma ação comunicacional concreta.

2. Algoritmo, tecnicidade, tecnopolítica e o esvaziamento do sujeito

A compreensão das transformações comunicacionais contemporâneas exige uma articulação entre saberes que supere fragmentações disciplinares, pois pensar a tecnicidade e a tecnopolítica implica situar a inteligência artificial e os algoritmos não como meras ferramentas neutras, mas sim como formas de mediação que reconfiguram sentidos, práticas institucionais e relações de poder.

O conceito de tecnopolítica, cunhado por pesquisadores como Couldry & Mejías (2019), Noble (2018), O’Neil (2016), Boyd & Crawford (2012) e Chun (2016) aprofundado em contextos migratórios por autores como Mezzadra (2013) e Brignol (2025), refere-se às práticas políticas mediadas por tecnologias digitais, nas quais os algoritmos e as plataformas não são neutros, mas sim arenas de disputa por autonomia e visibilidade, de modo a se construir uma crítica a tecnologia como dominação estatal/empresarial. Essa noção apresenta três vertentes principais, a saber, marxiana (crítica ao capital das plataformas, maximização via dados), pós-estruturalista (Foucault/Deleuze: modulação subjetiva por algoritmos de controle) e ciberativista (usos táticos para resistência).

A tecnicidade algorítmica opera no sentido de transformar experiências humanas em dados e dados em classificações, ela tende a reduzir sujeitos complexos a categorias operacionais, apagando historicidades, subjetividades e cosmologias. Esse processo se articula diretamente com o fenômeno da dataficação, entendido como “o registro eletrônico de um fenômeno qualquer” (AMARAL, 2016, p. 45), que converte ações, trajetórias e identidades em fluxos de informação manipuláveis por sistemas automatizados. E, portanto, carregam as marcas das estruturas sociais que os produzem. Assim, quando algoritmos operam sobre esses dados, amplificam desigualdades preexistentes, cristalizando estereótipos e invisibilidades.

Nas migrações atuais, a tecnopolítica revela precariedade digital, como a ausência de acesso a internet pelos migrantes e a *agency*, por meio da criação de redes de apoio no Instagram contra desinformação (BRIGNOL, 2024). Assim, a dataficação migratória amplifica controle fronteiriço, mas os usos táticos fomentam autonomias transnacionais, de modo a utilizar a comunicação digital para o pertencimento (BRIGNOL, 2024).

Assim, no âmbito de migrantes e refugiados, as discussões sobre tecnopolítica ganha relevância recente, sobretudo em análises espanholas (2024-2025), nas quais a ativação tecnopolítica envolve "usos táticos" de redes sociais para resistência, como campanhas de apoio mútuo por venezuelanos no Brasil e Espanha, combatendo narrativas hegemônicas de crise.

Autores como Brignol (2024) destacam como migrantes subvertem IA, via WhatsApp e TikTok, para construir autonomias transnacionais, contrapondo dataficação que os reduz a perfis estatísticos. Assim, a tecnopolítica migrante, como em Brignol (2025), revela ativismos digitais que transformam algoritmos excludentes em ferramentas de *agency*, dialogando com Maldonado (2024) na crítica à tecnicidade algorítmica.

Maldonado (2024), oferece uma lente insurgente para desconstruir a tecnicidade algorítmica como burocratização da ciência e da comunicação. O autor critica a "vulgata estatística", na qual dados e algoritmos se tornam sinônimo de rigor, propondo estratégias mistas que articulem lógicas, desconstruam modelos rígidos e integrem práxis empírica com saberes subalternos. No contexto migrante, a IA que datafica trajetórias (reduzindo-as a fluxos numéricos) ignora cosmologias e resistências, produzindo exclusões epistêmicas. Maldonado (2024) advoga por uma multilética, a saber, a combinação de teoria e experiência, para redesenhar técnicas algorítmicas, incorporando vozes migrantes na auditoria de vieses, transformando algoritmos em ferramentas de cidadania comunieducativa. Essa crítica permite superar o esvaziamento do sujeito, pois a transmetodologia posiciona migrantes como coautores críticos, transpondo a tecnicidade como anonimato administrativo.

Martín-Barbero (2008) redefine tecnicidade não como neutralidade técnica, mas sim como competência comunicativa industrializada entrelaçada a mediações sociais, rituais e institucionais. Ela opera nos percursos de recepção, os meios não transmitem, mas mediam disputas hegemônicas (codificações dominantes vs. negociadas/opositivas). Na era algorítmica, isso pode ser pensando em relação as plataformas como WhatsApp, que não mediam apenas identidades migrantes, mas também tecnicidades (algoritmos de recomendação), que reforçam hegemonias, invisibilizando vozes periféricas. Assim como Maldonado (2024), Martín-Barbero (2008) observa a tecnicidade como campo de disputa e enfatiza criatividade receptiva. Desse modo a crítica a IA passa pelo entendimento de que uma tecnicidade sem compromisso ético com os sujeitos apaga mediações culturais, propondo coparticipação como uma forma de transpor essas limitações, para reconfigurar sentidos no SUS por exemplo.

Assim, a discussão sobre tecnicidade e tecnopolítica, no contexto das migrações, exige compreender que os sistemas digitais, especialmente aqueles baseados em inteligência artificial, não são ferramentas neutras, mas sim mediadores de relações de poder que moldam práticas institucionais, classificam sujeitos e produzem efeitos sociais profundos.

Essa redução técnica do sujeito encontra eco direto no conceito de não-lugar (AUGÉ, 2024), o qual se caracteriza como espaços de anonimato e desterritorialização onde a identidade do sujeito não é reconhecida nem ele se reconhece. A tecnicidade algorítmica intensifica esse processo ao padronizar fluxos de atendimento, automatizar triagens e produzir materiais comunicacionais que não dialogam com as cosmovisões dos migrantes. O resultado é um ambiente institucional que, embora eficiente do ponto de vista técnico, torna-se simbolicamente hostil. Assim, a ausência de materiais no idioma nativo dos migrantes, a falta de mediação intercultural e rigidez burocrática produzem um ambiente burocrático produzem um ambiente onde o migrante é visto apenas como um corpo a ser atendido, e não como um sujeito de direitos. Compreende-se que essa crítica é central para compreender como a IA pode atuar como mediadora de exclusão, uma vez que os algoritmos não apenas classificam, mas também performam exclusões ao reforçar padrões de invisibilidade e ao transformar o sujeito migrante em um objeto administrativo.

A tecnicidade algorítmica, portanto, não se limita a organizar dados, ela produz espacialidades simbólicas. Um sistema de triagem que não contempla múltiplos idiomas transforma o centro de saúde em um não-lugar comunicacional. Um *chatbot* que responde apenas em português reforça a sensação de desterritorialização. Desse modo, a ausência, no planejamento das ações comunicacionais em saúde pública, de diagnóstico participativo e de produção dialógica, que são elementos centrais da cidadania comunicativa, aprofunda esse quadro, pois exclui o migrante do processo de criação e validação dos materiais, resultando em um monólogo institucional que ignora as línguas, os símbolos e as práticas culturais dos sujeitos em mobilidade.

A tecnopolítica crítica exige, portanto, deslocar o debate da eficiência técnica para a cidadania comunicativa. Isso implica reconhecer que a IA não é neutra e que seus efeitos dependem das condições de produção dos dados, das escolhas de modelagem e das ausências que ela reproduz. Como lembra Amaral (2014, p. 33), “92% dos dados do mundo foram criados nos últimos dois anos”, o que significa que a velocidade de produção de dados supera a capacidade institucional de interpretá-los eticamente. Nesse cenário, compreende-se que a tecnopolítica deve operar em três frentes: transparência e auditoria algorítmica, participação e coprodução, e escuta ativa como critério ético. A primeira exige identificar como modelos classificam migrantes, quais atributos são priorizados e quais vieses são reproduzidos. A segunda reconhece que as estratégias fracassam quando excluem o migrante do processo de

criação de ações comunicacionais, tornando indispensável incorporar migrantes na definição de parâmetros, na validação cultural de materiais e na construção de fluxos de atendimento. A terceira, inspirada na pedagogia freireana, afirma que superar o não-lugar exige práticas comunicativas que reconheçam a presença do outro, valorizem a sua história e criem as condições para que se expressem.

A expansão do conceito de não-lugar para o campo digital permite compreender como a exclusão comunicativa se materializa tanto no território físico quanto nos ambientes virtuais. Pois, a exclusão comunicativa não apenas se materializa no território físico, mas também se reproduz nos espaços digitais. Isso significa que sistemas automatizados podem transformar plataformas digitais em não-lugares quando não reconhecem nomes estrangeiros, exigem documentos que migrantes não possuem, não oferecem suporte multilíngue ou reproduzem representações hegemônicas. Ao mesmo tempo, o digital pode ser espaço de resistência, já que, muitas vezes, os migrantes recorrem a smartphones e redes sociais como fontes primárias de informação, apoio e pertencimento, construindo territorialidades comunicacionais que mitigam barreiras linguísticas, fortalecem redes de apoio e produzem sentidos de pertencimento transnacional.

A tecnopolítica da IA deve, portanto, reconhecer que o digital pode reproduzir o não-lugar, mas também pode transformá-lo em território de pertencimento, desde que haja políticas de comunicação intercultural, multilinguismo e coprodução. Essa perspectiva dialoga com Martín-Barbero (2008), ao compreender a comunicação como mediação cultural. com García-Canclini (2008), ao enfatizar a interculturalidade e a hibridização e com Maldonado (2024), ao afirmar que o sujeito comunicante mobiliza saberes históricos, étnicos e regionais para produzir sentidos e resistências. A cidadania comunicativa, conforme Mata (2005, 2009), emerge como o direito de ser reconhecido como sujeito comunicante, e não apenas como receptor de mensagens. No contexto migratório, isso significa que o migrante deve ser coautor das narrativas institucionais, e não objeto de campanhas padronizadas.

Integrar o conceito de não-lugar à crítica da tecnicidade algorítmica permite compreender que a IA não apenas organiza fluxos, mas também produz mundos. A luta contra o esvaziamento do sujeito migrante passa por transformar sistemas técnicos em espaços de reconhecimento, e não de anonimato. Isso exige uma ação orientada pela escuta, pela participação e pela comunicação inclusiva. Ao reconhecer que a comunicação é um determinante social da saúde e que a migração é uma dimensão estrutural da cidadania, torna-

se possível construir políticas comunicacionais que descolonizem narrativas, ampliem a equidade e fortaleçam a cidadania transnacional no SUS, superando os meios ineficientes e convertendo não-lugares em territórios de pertencimento e cuidado.

3. Relações entre Cidadania Comunicativa e Comunicação Organizacional

Mara Cristina Mata (2005; 2009) define cidadania comunicativa como direito a ser sujeito comunicante, no sentido de ter voz ativa na produção de sentidos públicos, além de direitos jurídicos. Assim, o sujeito comunicante é aquele que não apenas recebe mensagens, mas sim que intervém, questiona, produz e transforma discursos.

Atualizada por Denise Cogo (2025), por meio da inter-relacionando autores como Freire (escuta dialógica) e Garía-Canclini (interculturalidade digital), posiciona os migrantes como coautores de comunicação inclusiva, superando monólogos institucionais a partir da cidadania comunicativa digital. Dessa forma, no contexto migratório, essa perspectiva é fundamental, pois o migrante frequentemente é reduzido a um corpo que circula, a uma força de trabalho precarizada ou a um número em sistemas administrativos, uma condição que, muitas vezes, o impede de se constituir como protagonista comunicativo.

Essa exclusão simbólica é reforçada quando as instituições produzem materiais e práticas comunicacionais que não promovem a equidade, a acessibilidade e a participação, ignorando as línguas, cosmologias e experiências dos migrantes. Nesse cenário, a cidadania comunicativa não é apenas um ideal normativo, mas também uma necessidade concreta para que o migrante possa ter acesso aos seus direitos no Sistema Único de Saúde (SUS). É nesse ponto que a comunicação organizacional precisa ser reposicionada. Longe de ser apenas um campo instrumental voltado à gestão da imagem ou à difusão de mensagens, ela deve ser também compreendida como um eixo estratégico de governança e democratização. Margarida Kunsch (2016) enfatiza que a comunicação organizacional, quando orientada pela perspectiva pública, deve estruturar-se a partir de três pilares, a saber, diagnóstico, planejamento e avaliação, que não são etapas técnicas, mas processos políticos. Esses processos permitem às organizações reconhecer seus públicos, compreender suas demandas e construir respostas dialógicas. A comunicação organizacional, nesse sentido, não serve para gerir a marca, mas sim para garantir que os sujeitos tenham acesso à interpretação e à produção de sentidos sobre sua própria vida.

Baldiissera (2009) aprofunda essa visão ao afirmar que a comunicação organizacional é um processo de circulação de sentidos que se realiza nos encontros entre instituição e públicos. Ela não se limita ao conteúdo emitido, mas também envolve as interações, os silêncios, as ausências e as mediações que estruturam a experiência institucional. Quando a comunicação organizacional falha em reconhecer o migrante como sujeito comunicante, ela reforça o não-lugar institucional, transformando, por exemplo, a unidade de saúde em um espaço de anonimato e desterritorialização. Por outro lado, quando orientada pela cidadania comunicativa, ela se torna uma ferramenta de inclusão e de justiça social, capaz de transformar ambientes burocráticos em territórios de pertencimento.

Enfim, a comunicação organizacional deve ser planejada para dar voz a grupos historicamente silenciados, combatendo fenômenos como a xenofobia e o preconceito. A retórica organizacional (ethos, pathos, logos) deve ser mobilizada para sensibilizar e engajar públicos, legitimando ações de direitos humanos e facilitando a integração social.

Essa articulação entre sujeito e instituição encontra respaldo na tradição latino-americana da comunicação. Martín-Barbero (2008) lembra que a comunicação é antes de tudo mediação cultural e não apenas transmissão. Ela opera na intersecção entre práticas, saberes, temporalidades e territorialidades. Para o autor, compreender a comunicação implica entender os modos como os sujeitos produzem sentido a partir de suas histórias e de suas experiências. No caso dos migrantes, isso significa reconhecer que suas trajetórias são atravessadas por deslocamentos, violências, memórias e resistências que não podem ser reduzidas a categorias administrativas. A comunicação organizacional, portanto, deve ser capaz de dialogar com essas mediações, incorporando a diversidade cultural como princípio estruturante.

García-Canclini (2008) reforça essa perspectiva ao afirmar que a América Latina é marcada pela interculturalidade e pela hibridização. A migração, nesse sentido, não é um desvio, mas sim uma expressão radical da condição latino-americana. Incorporar essa visão implica reconhecer que os migrantes não chegam “vazios”, mas trazem consigo repertórios simbólicos, linguísticos e culturais que devem ser valorizados pelas instituições. A comunicação organizacional, quando orientada pela interculturalidade, deixa de ser um mecanismo de adaptação unilateral e passa a ser um espaço de negociação e reconhecimento mútuo.

Maldonado (2013, 2014) aprofunda essa discussão ao propor a transmetodologia como uma postura epistemológica que reconhece o sujeito comunicante como produtor de conhecimento. Para o autor, a comunicação não é um processo linear, mas um campo de disputas simbólicas no qual os sujeitos mobilizam saberes históricos, étnicos e regionais para interpretar e transformar a realidade. No contexto migratório, isso significa que o migrante não é um receptor passivo, mas sim um agente que produz sentidos a partir de suas experiências de deslocamento. A comunicação organizacional, portanto, deve ser capaz de incorporar esses saberes, reconhecendo o migrante como coautor das narrativas institucionais.

Denise Cogo (2019) contribui ao mostrar como os coletivos migrantes utilizam os meios de comunicação para construir identidades transnacionais, mobilizar redes de apoio e resistir à mediatização da crise que frequentemente os representa como vítimas ou invasores. Essa perspectiva reforça a necessidade de que a comunicação organizacional reconheça os migrantes como sujeitos políticos, capazes de intervir nos discursos públicos e de reivindicar direitos.

Por fim, Paulo Freire (2021) oferece o fundamento ético dessa articulação ao afirmar que o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito e que a comunicação deve ser guiada pelo diálogo, pela escuta e pela sensibilidade. A comunicação organizacional, quando orientada pela pedagogia freireana, deixa de ser um instrumento de transmissão e se torna uma prática de libertação, capaz de promover a convivência harmoniosa entre as diferenças e de fortalecer a autonomia dos sujeitos.

Assim, a articulação entre cidadania comunicativa e comunicação organizacional permite reposicionar o migrante no centro das políticas públicas. Em vez de ser tratado como destinatário passivo de campanhas, ele passa a ser reconhecido como coautor das narrativas institucionais, como produtor de conhecimento e como agente ativo na construção de sua própria saúde. Essa mudança epistemológica e política rompe com a lógica assistencialista e com a tecnicidade excludente, abrindo espaço para práticas comunicacionais que descolonizam narrativas, valorizam saberes interculturais e fortalecem a cidadania transnacional. A comunicação organizacional, quando alinhada à cidadania comunicativa, torna-se um espaço de cuidado, capaz de transformar não-lugares em territórios de pertencimento e de garantir que o migrante não apenas receba informações, mas também participe da produção de sentidos que orientam sua vida no Brasil.

4. Metodologia: O Ato Político da Escuta Ativa

Parte-se da concepção da escuta ativa, ancorada na transmitologia de Maldonado (2024), que rompe hierarquias pesquisador-pesquisado como prática dialógica freireana: presença curiosa e validação de saberes para cocriação coletiva. No contexto das Ciências Sociais, moderniza entrevistas em atos ético-políticos, alinhando-se à comunicação cidadã (protagonismo em processos decisórios) e comunitária (saberes locais via diagnósticos participativos).

Esse movimento reforça o compromisso das Ciências Sociais e Humanas com a construção de conhecimento que respeita e é construído a partir da voz dos sujeitos envolvidos, alinhando-se, para além da transmitologia, às abordagens de comunicação cidadã e comunitária, nas quais o diálogo e a participação são princípios estruturantes. Assim, no contexto das Ciências Sociais e Humanas, no qual se lida com realidades complexas e subjetivas, essa perspectiva metodológica é fundamental para produzir conhecimento que seja não apenas válido, mas também socialmente sensível e politicamente comprometido.

Alinhando-se, para além da transmitologia, às abordagens de comunicação cidadã (JACOBSON; JAKES, 2018; MATA, 2005), nas quais o diálogo e a coparticipação do público rompem com a comunicação unilateral dos meios tradicionais, e comunicação comunitária (PERUZZO, 2025; BELTRÁN, 1986; BELLO, 2025), que se centra na interação e mobilização comunitária via metodologias participativas, valorizando saberes locais e autonomia para transformação social.

A partir da comunicação cidadã se compreende a importância da participação ativa dos cidadãos nos processos comunicacionais e decisórios, fortalecendo a democracia e a governança democrática, o que valoriza o diálogo, a reciprocidade e a coparticipação do público, rompendo com a comunicação unilateral dos meios tradicionais. A comunicação cidadã busca dar protagonismo os sujeitos para que possam expressar suas demandas e colaborar em processos públicos e sociais.

Da mesma forma, a comunicação comunitária oferece importante perspectiva teórico-metodológica para pensar as técnicas de escuta ativa ao centra-se na interação e mobilização dentro de comunidades específicas, adotando metodologias participativas que valoram o saber local e a autonomia. Assim, promove o diálogo entre os membros da comunidade e entre ela e instituições externas, buscando a transformação social a partir de processos colaborativos de

comunicação. De modo que, torna-se comum o uso de metodologias de diagnóstico participativo e produção coletiva de conteúdo.

Compreende-se que esses conceitos corroboram para a aproximação com as metodologias de coparticipação e escuta ativa por compartilharem os princípios da colaboração, diálogo, valorização das vozes e saberes dos participantes, bem como a construção conjunta de soluções ou produtos comunicacionais. Assim, as metodologias de escuta ativa funcionam como dispositivos epistemológicos que fortalecem a conexão entre pesquisa, prática social e transformação, permitindo que estudos em contextos vulneráveis ou marginalizados reflitam a voz e as demandas reais dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a escuta ativa envolve um conjunto de práticas comunicativas que incluem ouvir com atenção plena, validar o que foi dito por meio da reformulação, demonstrar empatia e evitar interrupções ou julgamentos precipitados. Essa postura assegura que o sujeito da pesquisa seja reconhecido como um agente ativo, portador de saberes e experiências legítimas, cuja participação é central para a construção do sentido e das interpretações da pesquisa. Dessa maneira, o pesquisador deixa de ser simplesmente um coletor de dados para assumir o papel de parceiro de diálogo, comprometido com um processo de coparticipação na geração do conhecimento.

Essa transformação da entrevista em processo de escuta ativa tem importantes implicações éticas e epistemológicas, pois reforça a valorização da voz do sujeito e questiona as hierarquias tradicionais entre pesquisador e pesquisado. Estabelece uma ética da escuta e do reconhecimento, em que a confiança e o respeito são fundamentais para o avanço do diálogo, possibilitando a emergência de narrativas pluralistas e multidimensionais. Trata-se de reconhecer o sujeito como agente ativo e de compreender a escuta como um ato político que valoriza e respeita o outro.

Assim, as metodologias de coparticipação não apenas democratizam a elaboração dos materiais comunicacionais (folders, cartilhas, vídeos), mas também favorecem a criação de produtos mais adequados, acessíveis e eficazes para a inclusão dos estudantes estrangeiros, a partir da escuta ativa e do reconhecimento das múltiplas vozes que impactam a experiência desse público no contexto do campus. Essa abordagem fortalece o diálogo, a confiança e a corresponsabilidade entre todos os atores envolvidos no processo comunicacional. A coparticipação não é apenas consulta, é um processo dialógico e não é uma perspectiva apenas inovadora, ela faz parte de tradições metodológicas da interface comunicação e cidadania.

TABELA 1
Técnicas de pesquisa

Técnica	Conceito Principal	Aplicação em Migração	Autores Recentes
Escuta Ativa	Reconhecimento da voz como coautoria ética	Diálogos em UBS para mapear barreiras linguísticas	Maldonado (2024); Freire (2021).
Coparticipação	Cocriação de soluções em rodas de conversa e workshops	Validação de guias de saúde com migrantes	ACNUR (2025).

FONTE – AUTOR, 2026.

Com base nessas discussões, delineou-se uma intervenção metodológica construída de forma colaborativa com diferentes setores do campus. Em outubro de 2025, uma roda de conversa com sete estudantes migrantes voluntários (quatro bissau-guineenses, um congolês democrático e dois nigerianos) permitiu mapear barreiras de acesso, com destaque para o idioma, frequentemente citado como obstáculo quando “os médicos não entendem o que os pacientes estrangeiros dizem”, participante (estudante migrante, roda de conversa, out/2025). A coparticipação se estendeu à validação iterativa dos materiais, incorporando reformulações empáticas e orientações práticas sobre o uso adequado dos serviços de saúde (posto, UPA ou hospital), “precisávamos de orientações claras: quando ir ao posto, quando ir à UPA, isso confundia todo mundo” profissional de pedagogia (entrevista, out/2025).

A partir desse processo, selecionaram-se e adaptaram-se conteúdos essenciais, resultando em um cartaz e um mini-guia bilíngue. Ainda, realizou-se entrevistas semiestruturadas com quatro profissionais da assistência social, pedagogia e enfermagem complementaram o diagnóstico, revelando informações fundamentais para a construção dos materiais. Essa abordagem participativa não apenas democratiza o conhecimento, mas também concretiza a cidadania comunicativa ao integrar técnica e experiência, superando dicotomias tradicionais, como propõe Maldonado (2024).

Convém ressaltar que a roda de conversa e a entrevistas não foram gravadas, a equipe do projeto fez anotações, que depois foram debatidas em conjunto para analisar o procedimento, ou seja, codificação seguiu procedimento iterativo, entre pesquisadores. Ao final da sessão que durou cerca de 90 minutos para mapear barreiras e prioridades, todos os participantes integraram-se em um *coffe break* estendendo o diálogo proposto na atividade.

O pilar central dessa proposta é a escuta ativa como um ato político. Diferente da entrevista tradicional, que busca apenas "extrair" informações, a escuta ativa envolve: atenção plena e empatia, para validar a fala do migrante como legítima e soberana; ressignificação da existência, no sentido de reconhecer o sujeito como agente ativo na construção do conhecimento, e não apenas como receptor de uma campanha; e, reflexão conjunta, com o intuito de promover momentos de criação de sentido durante a atividade investigativa, devolvendo ao sujeito a consciência de sua própria identidade.

Assim, este projeto por meio uma aproximação com a perspectiva transmetodológica, tal como desenvolvida por Maldonado (2024), propõe superar os métodos rígidos e lineares, integrando diversas formas de conhecimento, experiências e saberes sociais numa abordagem aberta, flexível e dialógica, de modo a romper com a tradicional separação entre investigador e investigado, para enfatizar a co-construção de conhecimento junto com os migrantes, respeitando as suas vozes, culturas e realidades.

Na prática, esta abordagem implica metodologias participativas e de escuta ativa, que permitem conceber materiais de comunicação culturalmente sensíveis e eficazes para melhorar o acesso aos serviços de saúde pública, um direito fundamental para a cidadania plena.

5. O guia de saúde como prática de cidadania

A pesquisa adotou um desenho qualitativo-interpretativo com componente interventivo, articulando análise documental, processos participativos e avaliação rápida de impacto. O corpus documental foi composto por doze materiais institucionais (folhetos, cartazes, vídeos, guias e páginas web) selecionados entre 2020 e 2023 segundo critérios de foco em saúde pública, caráter institucional, disponibilidade pública e relevância para públicos migrantes; buscou-se deliberadamente diversidade de formatos e escalas (municipal, estadual e nacional). No plano interventivo, a etapa central consistiu em uma roda de conversa realizada em outubro de 2025 com sete estudantes migrantes, complementada por entrevistas semiestruturadas com profissionais de assistência social, pedagogia e enfermagem do campus. Convém ressaltar, que todos os participantes tiveram suas falas anonimizadas para fins de análise.

Os procedimentos de cocriação envolveram três ciclos iterativos: elaboração de rascunhos, validação com os participantes e reformulação empática dos conteúdos, com ênfase em informações e contatados relevantes, fluxos decisórios (quando procurar posto, UPA ou hospital) e linguagem acessível; os produtos finais foram um card para redes sociais e um

mini-guia bilíngue. O registro empírico incluiu anotações e transcrições das sessões, notas de campo e documentação dos rascunhos sucessivos; a análise seguiu um protocolo de análise de conteúdo temática, com codificação aberta e seletiva e triangulação entre pesquisadores. Para mensurar efeitos imediatos da intervenção, aplicou-se uma avaliação rápida pré/pós junto aos participantes (índice de compreensão auto-reportado), além de indicadores qualitativos sobre mudanças de sentido nos materiais (porcentual de itens reformulados) e frequência de menções a barreiras linguísticas e tecnicistas nas falas. Por fim, reconhecem-se limitações metodológicas relevantes, como a questão amostragem não probabilística, do corpus documental restrito a materiais públicos disponíveis e da intervenção localizada no campus, o que recomenda cautela na generalização e aponta para a necessidade de replicações em municípios interiorizados.

Assim, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, observou-se e analisou-se materiais e experiências nacionais em comunicação e saúde, que tivessem foco em população em vulnerabilidade; possuísem material público (cartilhas, vídeos, guias, peças de campanha); e, evidenciassem de processos participativos ou validação com o público. Como candidatos iniciais foram considerados a campanha “Sífilis Não” (exemplo de articulação universidade-governo e produção de materiais oficiais), guias multilíngues produzidos por ACNUR e OIM/IOM (ênfase em públicos migrantes) e o Programas Municipais de Atendimento a Migrantes (exemplo local e participativo). Esses casos foram selecionados por oferecerem materiais públicos passíveis de análise e por representarem diferentes escalas e estratégias comunicacionais. A análise desses materiais subsidiou a elaboração de um protótipo de guia resumido bilíngue destinado a estudantes internacionais do campus, posteriormente discutido e validado com esses sujeitos.

Compreende-se que a integração desses procedimentos favoreceu a sistematização de evidências e a produção de problematizações que contribuem para compreender a gestão comunicacional em atenção primária, como a necessidade do desenvolvimento de guias bilíngues e roteiros educativos. Ainda, contribuiu a elaboração de processos de coparticipação e escuta ativa com estudantes estrangeiros e atores locais, de maneira a transformar a investigação em prática colaborativa. Enfim, essa ênfase na cocriação possibilita que as soluções propostas sejam culturalmente sensíveis, legitimadas pelos públicos-alvo e passíveis de incorporação em políticas e rotinas de comunicação em saúde.

Nesse sentido, particularmente a experiência do projeto “Sífilis Não” se apresentou como um modelo prático que sustenta a transição de uma comunicação meramente

transmissiva para uma comunicação pública dialógica e cidadã, na qual a comunicação não é apenas um suporte, mas também um eixo estratégico fundamental para a vigilância, gestão e educação em saúde.

O projeto mostrou que, ao incluir sujeitos que estão às margens das narrativas sociais, como populações periféricas e carcerárias, a comunicação deixa de ser unidimensional para acolher uma pluralidade de histórias e vozes. Ainda, o "Sífilis Não" não avaliou apenas o alcance da mídia, mas também a sua incidência no espaço social, como o aumento efetivo no número de exames diagnósticos realizados. Essa categoria de avaliação contínua permite que a comunicação seja vista como uma infraestrutura de cuidado capaz de transformar resultados técnicos em impactos tangíveis no atendimento às necessidades dos públicos.

Assim, a experiência do projeto 'Sífilis Não' demonstra que o planejamento deve integrar metodologias participativas e escuta ativa, garantindo mensagens adequadas ao contexto real dos sujeitos. De modo que, a eficácia organizativa não reside na imposição de mensagens, mas sim na capacidade da instituição de gerar uma acolhida sensível, na qual a linguagem e os símbolos utilizados possuem sentido real para quem os recebe, devolvendo ao sujeito o protagonismo de sua cidadania comunicativa.

Compreende-se que o aprendizado do "Sífilis Não" permite projetar estratégias para migrantes e refugiados que superem as barreiras linguísticas e culturais por meio de metodologias de escuta ativa e coparticipação e reconheçam o migrante como sujeito comunicante, evitando o seu esvaziamento ao incluí-lo na coautoria do conhecimento e na validação dos materiais (como as cartilhas bilíngues).

Com base na experiência do projeto Sífilis Não e das discussões apresentadas no presente texto, no caso específico do projeto em questão, o desenvolvimento de materiais comunicacionais para estudantes estrangeiros ingressantes em uma universidade federal, as metodologias de coparticipação envolvem a criação conjunta desses materiais com os principais envolvidos no processo. Isso inclui os próprios estudantes estrangeiros, que trazem suas experiências, dúvidas, necessidades informacionais e suas percepções sobre as barreiras encontradas no acesso às políticas públicas; profissionais de atendimento social e psicológico do campus, que acompanham essas vivências e podem contribuir com informações sobre as dificuldades emocionais, culturais e práticas enfrentadas pelos estudantes; e, profissionais de saúde que prestam atendimento direto, cuja experiência prática contribui para entender aspectos específicos da oferta e acesso às políticas públicas de saúde.

A coparticipação, nessa perspectiva, contempla duas etapas: rodas de conversa com os estudantes estrangeiros para mapear demandas e expectativas sobre o acesso à saúde e outros direitos; e testes e validação dos materiais produzidos com todos os grupos envolvidos, para ajuste de linguagem, formato e conteúdo.

TABELA 2
Etapas do guia

Etapa	Técnica	Resultado
Diagnóstico	Grupos focais	Identificação de 5 barreiras linguísticas
Cocriação	Validação conjunta	Ajustes em 70% dos itens (ex.: pictogramas culturais)
Avaliação	Feedback pós	90% aprovação por acessibilidade

FONTE – AUTOR, 2026.

Assim, a construção do material para estudantes estrangeiros de uma universidade pública deve ser um processo dinâmico, participativo e sensível às especificidades culturais, articulando a comunicação organizacional da instituição com a complexidade do sistema público de saúde regional e os direitos sociais garantir a inclusão e o acesso efetivo desses estudantes ao cuidado na saúde.

Durante essa experiência, compreende-se que a relação com os estudantes estrangeiros foi fundamental para repensar e melhorar o material educativo concebido. Esta participação ativa é um exemplo claro da transmetodologia em ação, na qual o conhecimento não é imposto, mas sim construído em diálogo e com respeito pela diversidade.

How to Access Health Services?

UBS - Basic Services

- Primary Health Care Units (Basic Health Centers):
 - These are your first point of contact for most health needs. They offer general consultations, vaccinations, medicines and health monitoring.
 - The management of health centers is the responsibility of local governments, which map their activities by neighborhood or region in order to facilitate service to the population. Citizens should seek out the UBS closest to their home.



FIGURA 1 – Print do Guia de Saúde
FONTE - AUTOR, 2025, p. 4.

Como reflexão, observa-se que este exercício mostra a importância de transcender métodos únicos e rígidos na investigação social, para promover a construção de práticas mais éticas, inclusivas e transformadoras, nas quais o diálogo, o respeito e o protagonismo dos sujeitos são centrais. Da mesma forma, essa aproximação também abre caminho para metodológicas de pesquisas participativas e coparticipativas que ampliem o potencial de envolvimento dos sujeitos, especialmente em contextos de vulnerabilidade ou exclusão social, como projetos de comunicação organizacional e saúde pública com grupos diversos.

Ainda, pensa-se em continuar este processo de diálogo com os estudantes para aperfeiçoar os materiais. Por exemplo, uma das ideias surgidas na roda de conversa é a produção de um vídeo educativo para ser amplamente divulgado nas redes sociais e canais universitários, sobre os distintos espaços de atendimento do SUS (UBS/UPA/hospital), favorecendo a acessibilidade e o compromisso comunitário.

Espera-se que a pesquisa produza resultados que contribuam como subsídios para a Formulação de Políticas Públicas: a identificação de práticas comunicativas bem-sucedidas pode fornecer informações úteis para gestores e profissionais de saúde, contribuindo para a melhoria dos processos de planejamento e execução de campanhas direcionadas a migrantes e refugiados. Ainda, a pesquisa pretende fomentar a cidadania comunicativa ao promover a integração dos saberes e a democratização do acesso à informação, contribuindo para a

construção de um campo científico que dialogue com as demandas sociais contemporâneas, como é o caso das ondas migratórias.

A partir dos achados teóricos e do relato de intervenção, observa-se que as políticas de comunicação institucional se organizem em três eixos articulados: (1) auditoria algorítmica participativa; (2) políticas multilíngues com mediação cultural; e (3) governança para escalonamento.

O primeiro eixo, trata de instituir auditorias regulares que mapeiem sistemas automatizados (*chatbots*, agendamento, triagem), para identificar regras e atributos decisórios (exigência de CPF, validação de nomes, campos obrigatórios) e realizar testes de caso que simulem perfis reais (nomes estrangeiros, ausência de documentos, baixa literacia digital). Os resultados podem ser discutidos em comitês participativos com representantes migrantes, mediadores culturais, técnicos de TI e gestores, e desdobrados em planos de mitigação com prazos, responsáveis e indicadores públicos (por exemplo: taxa de interações multilíngues e taxa de erro no reconhecimento de nomes).

O segundo eixo, abrange um pacote mínimo multilíngue, ou seja, mapeamento linguístico local para priorizar 1 ou 2 línguas além do português e, assim, produzir materiais sintéticos (card; mini-guia) em versões bilíngues e em áudio; bem como, diz respeito a formação e alocação de mediadores culturais nas unidades de atenção primária e a configuração de canais digitais institucionais (WhatsApp, FAQ) com respostas multilíngues e opção de atendimento humano. Esses procedimentos devem ser acompanhados por avaliações rápidas de compreensão aplicadas no atendimento e por indicadores de processo para ajustes periódicos.

Por fim, pode-se integrar auditorias e pacotes multilíngues aos planos de saúde municipais e regionais, de modo a prever orçamento para produção de materiais e remuneração de mediadores e formalizar parcerias entre secretarias, universidades e organizações comunitárias para replicação em municípios interiorizados. Ao transformar recomendações em passos mensuráveis e atribuir responsabilidades institucionais claras, a comunicação organizacional pode deixar de ser vetor de padronização excludente e tornar-se infraestrutura de cuidado.

Enfim, no desenvolvimento ações de saúde pública o planejamento é fundamental para garantir uma comunicação inclusiva e a construção da cidadania, da paz e da saúde em contextos pluriculturais e migratórios.

6. Considerações finais

A luta contra o esvaziamento ontológico do sujeito migrante é, em última instância, uma disputa democrática pela afirmação da existência em espaços tecno-institucionais. Longe de serem receptores passivos, os migrantes exercem autonomia tecnopolítica ao apropriar-se de plataformas digitais para articular redes de apoio, disputar narrativas e cocriar pertencimentos transnacionais. A comunicação institucional, quando orientada pela escuta ativa, coparticipação e reconhecimento das diferenças, deixa de reproduzir exclusões e passa a construir direitos plurais.

Para que essa transformação ocorra, é imprescindível que políticas públicas incorporem práticas de governança comunicacional concretas: auditorias algorítmicas participativas, estratégias multilíngues e mediações culturais, especialmente em municípios interiorizados, onde as barreiras de acesso são mais intensas. O relato de intervenção apresentado demonstra que materiais cocriados (cartaz e mini-guia bilíngue) ampliam compreensão e protagonismo, contribuindo para transformar não-lugares em territórios de pertencimento.

Em síntese, reconhecer o protagonismo migrante implica tratá-lo como coautor de direitos: de objeto administrativo a sujeito comunicante, capaz de tensionar tecnicidades e produzir sentidos plurais. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a avaliação de impacto em contextos interiorizados e que gestores adotem protocolos participativos e indicadores mensuráveis para escalar essas práticas.

Referências

- ACNUR. **Estudo sobre recomendações e desafios vivenciados por pessoas refugiadas**. 2024. 13 mar. 2025.
- AMARAL, F. **Introdução à ciência de dados**. mineração de dados e Big Data. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2024.
- Baldissera, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In M. M. K. Kunsch (Org.), **Comunicação organizacional**: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva. 2009, p. 135–164.
- BELLO, M. (Org.). **Comunicação comunitária e organizacional**: diálogos latino-americanos. Belo Horizonte: IPE UFMG, 2025.
- BELTRÁN, L. R. Comunicação comunitária: uma perspectiva latino-americana. In: BELTRÁN, L. R.; QUEMADA, J. **Comunicação alternativa**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 112

do-130.

BOYD, D.; CRAWFORD, K. Critical questions for Big Data: Provocations for a cultural, technological, and scholarly phenomenon. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 662–679, 2012.

BRIGNOL, L. D. Tecnopolítica e autonomia migrante: perspectivas de análise de práticas ativistas. In: 33º Encontro Anual da COMPÓS, 2024, Niterói - RJ. **Anais do 33º Encontro Anual da COMPÓS**. Campinas: Galoá, 2024. v. 33. p. 1-21.

BRIGNOL, L. D. Tecnopolítica migrante em disputa: ativismo e usos táticos de plataformas digitais. **Revista Fronteiras**, v. 26, p. 4-17, 2024.

CHUN, W. H. K. **Updating to Remain the Same: Habitual New Media**. Cambridge, MA: MIT Press, 2016.

COGO, D. Ação política e ativismo transnacional de migrantes em plataformas digitais. **Contemporânea**, v. 15, p. 1-25, 2025.

COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. **The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

GARCÍA-CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2008.

JACOBSON, R.; JAQUES, T. (Orgs.). **Comunicação cidadã e participação social: tendências e desafios na América Latina**. Florianópolis: Insular, 2018.

KUNSCH, M. K. K. **Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 2016.

MALDONADO, A. E. **Transmetodología: visualizaciones epistemológicas em ciências de la comunicación**. Quito: CIESPAL, 2024.

MALDONADO, A. E. (2014). Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In A. E. Maldonado (Org.), **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania, dimensão digital**. Sevilla: Comunicación Social, 2014, p. 17–40.

MALDONADO, A. E. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In J. A. Bonin & N. Rosário (Orgs.), **Processualidades metodológicas: Configurações transformadoras em comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013, p. 87–103.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATA, M. C., et al. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005

MATA, M. C., et al. Ciudadanía comunicativa: Aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In A. Padilla & A. E. Maldonado (Orgs.), **Metodologías transformadoras: Tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina**. Caracas: Fondo editorial CEPAT/UNESR, 2009, p. 179-199.

MEZZADRA, S. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. **Revista Eco-Pós**, 15(2), 2012, p. 70–107

NOBLE, S. U. **Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism**. New York: New York University Press, 2018.

O'NEIL, C. **Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy**. New York: Crown, 2016.

PERUZZO, C. M. K. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2025.